

10 - Documento é enviado para o Poder Judiciário de São Paulo, no endereço da Carta Previa, conforme a legislação em vigor naquele Estado, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

11 - Depois de constatada a regularidade do ato, o Poder Judiciário de São Paulo, no prazo de 30 dias, expedirá a Carta Previa.

12 - Documento é enviado para o Poder Judiciário de São Paulo, no prazo de 30 dias, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

Processo	Plataforma	Nome	CPF/CNPJ	Endereço	CEP	Cidade	Estado
00000000000000000000	Plataforma	Nome	00000000000000000000	Endereço	00000000000000000000	Cidade	Estado
00000000000000000000	Plataforma	Nome	00000000000000000000	Endereço	00000000000000000000	Cidade	Estado
00000000000000000000	Plataforma	Nome	00000000000000000000	Endereço	00000000000000000000	Cidade	Estado

13 - Caso o Poder Judiciário de São Paulo constate a regularidade do ato, o mesmo será publicado no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

14 - Caso o Poder Judiciário de São Paulo constate a irregularidade do ato, o mesmo será devolvido ao Poder Judiciário de Minas Gerais, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

15 - Caso o Poder Judiciário de São Paulo constate a irregularidade do ato, o mesmo será devolvido ao Poder Judiciário de Minas Gerais, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

16 - Caso o Poder Judiciário de São Paulo constate a irregularidade do ato, o mesmo será devolvido ao Poder Judiciário de Minas Gerais, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

17 - Caso o Poder Judiciário de São Paulo constate a irregularidade do ato, o mesmo será devolvido ao Poder Judiciário de Minas Gerais, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

18 - Caso o Poder Judiciário de São Paulo constate a irregularidade do ato, o mesmo será devolvido ao Poder Judiciário de Minas Gerais, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

19 - Caso o Poder Judiciário de São Paulo constate a irregularidade do ato, o mesmo será devolvido ao Poder Judiciário de Minas Gerais, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

20 - Caso o Poder Judiciário de São Paulo constate a irregularidade do ato, o mesmo será devolvido ao Poder Judiciário de Minas Gerais, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

21 - Caso o Poder Judiciário de São Paulo constate a irregularidade do ato, o mesmo será devolvido ao Poder Judiciário de Minas Gerais, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

22 - Caso o Poder Judiciário de São Paulo constate a irregularidade do ato, o mesmo será devolvido ao Poder Judiciário de Minas Gerais, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

23 - Caso o Poder Judiciário de São Paulo constate a irregularidade do ato, o mesmo será devolvido ao Poder Judiciário de Minas Gerais, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

24 - Caso o Poder Judiciário de São Paulo constate a irregularidade do ato, o mesmo será devolvido ao Poder Judiciário de Minas Gerais, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

25 - Caso o Poder Judiciário de São Paulo constate a irregularidade do ato, o mesmo será devolvido ao Poder Judiciário de Minas Gerais, para que seja feita a constatação da regularidade do ato e a sua publicação no Diário Oficial da União, no prazo de 30 dias, contados da data da publicação da presente.

卷之三

卷之十

Montana Glacier Bay

Frans van der Valk: *Deel 1: De basis en de historie van de veldbiologie*. Dordrecht: Martinus Nijhoff, 1981.

Este procedimiento se lleva a cabo una vez que el organismo de control de los estímulos financieros del Año 2015, en el cual se hace constar la revalorización del patrimonio neto del Fondo, por el valor real de acuerdo a la Cuenta Presupuestaria.

THE JOURNAL OF CLIMATE

Revista Portuguesa de Psicologia, Vol. 36(2), 2013, 1-2014. ISSN 0871-5165. DOI: 10.1344/rpp2013_2014

ELLENBOGEN & HALLER HOSPITAL IN ELYRIA IN THE STATE OF OHIO, NOV. 20, 1871. - COUNSELOR H. H. COOPER, A MEMBER OF THE BAR - COUNSELOR H. H. COOPER, A MEMBER OF THE BAR

卷之三

Este documento de Reclamo es suscrito en la fecha 20/01/2014, en calidad de representante legal.

卷之三

5565 Sociedad de Estudios del Cine de la ETS. Congreso y Encuentro sobre el

卷之三

卷之三

2003-2004 Annual Report of the Auditor General of Ontario

Carmo, Carmo M. Informe de combate, o informe do tenente, e relatório